



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 510 /2012-GAB/SRH.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 11587/2011– 22.633. **RESOLVE:**

Art. 1º - Outorgar a **ARMANDO ANTÔNIO MARTINS**, inscrito no CPF sob o nº **169.595.661-34**, RG nº. **779523 – 2ª VIA - SSP - GO**, por **12 (doze) anos** o uso das águas do **Córrego do Açude**, no ponto de coordenadas geográficas: **17º07'09,0"S e 50º41'21,8" W**, no trecho localizado na **Fazenda Formoso, denominado Luzitana**, no município de **Paraúna**, Estado de Goiás, para **acumulação de água em uma barragem**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executados no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hidrica e o Projeto Planialtimétrico realizados pelo **ENGENHEIRO CIVIL CLEOCI ANTÔNIO DE FARIA, CREA-GO Nº 5239/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico** perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;
- IV. A barragem a ser construída, possuirá um volume total acumulado de **1.115.955,90 m³ (um milhão, cento e quinze mil novecentos e cinquenta e cinco vírgula noventa metros cúbicos)** e terá por finalidade atender a demanda de cinco captações (P.22.573, P.22.504, P.22.476, P.22. 397, P-22.393). O escoamento à jusante do **Córrego do Açude** será realizado através de **descarga de fundo constituído por um tubo de ferro fundido de 400 mm de diâmetro com registro de gaveta, conforme previsto em projeto**. O volume total acumulado no barramento a ser construído será suficiente ao atendimento da finalidade descrita e à manutenção da vazão mínima necessária à jusante;
- V. **COMUNICAR A ESTA SUPERINTENDÊNCIA A CONCLUSÃO DO BARRAMENTO.**
- VI. **NÃO REALIZAR NENHUMA QUALQUER CAPTAÇÃO NO BARRAMENTO SEM A DEVIDA OUTORGA DE DIREITO DE USO.**



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art.7º- Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

CUM PRA - SE.

aos 24 dias do mês de maio de 2012.


UMBERTO MACHADO DE OLIVEIRA
Secretário


AUGUSTO DE ARAUJO ALMEIDA NETTO
Superintendente de Recursos Hídricos